

“SÓ SOU EU MESMA QUE FAÇO TODO ESSE PROCESSO DA ÁGUA AQUI”: A DIVISÃO POR GÊNERO DAS TAREFAS PARA CONSEGUIR ÁGUA NA COMUNIDADE MANGUEIRINHA, ZONA LESTE DE SÃO PAULO (ESPAÇOS E DIFERENÇAS: GÊNERO, RAÇA, ETNIA E DIVERSIDADE)

Veridiana Emília Godoy

Universidade Federal do ABC | veridiana.e.godoy@gmail.com

Vanessa Lucena Empinotti

Universidade Federal do ABC | v.empinotti@ufabc.edu.br

Sessão Temática 11: Espaços e diferenças: gênero, raça, etnia e diversidade

Resumo: A dificuldade no acesso à água em qualidade e quantidade afeta os mais diferentes setores da sociedade, não só em termos de infraestrutura, mas nas escalas de gestão da água. Além disso, a maioria das análises e soluções propostas não consideram as dinâmicas da escala da moradia na garantia do acesso à água principalmente em áreas de habitação precárias e favelas nos municípios. Nesse sentido, o presente artigo adota a perspectiva da Ecologia Política Feminista para analisar como as tarefas para conseguir água são divididas por gênero a partir das experiências dos moradores e moradoras da comunidade Mangueirinha, localizada na zona leste do município de São Paulo. Ao analisar como são divididas por gênero as estratégias para superar a insegurança hídrica domiciliar, abre-se uma fissura na teoria e prática do saneamento ambiental para compreender como as categorias de gênero também são criadas e moldadas por meio de processos de acesso, uso e controle de recursos hídricos. Assim, aponta-se um caminho de debate e desenho de políticas públicas de acesso à água mais coerentes com a realidade das pessoas que vivenciam insegurança hídrica domiciliar diariamente.

Palavras-chave: Relações de gênero; Acesso à água; Zona Leste de São Paulo; Planejamento territorial.

“IT'S JUST ME WHO DOES ALL THIS WATER-RELATED WORK HERE”: THE GENDERED DIVISION OF TASKS TO OBTAIN WATER IN THE MANGUEIRINHA COMMUNITY, EAST ZONE OF SÃO PAULO

Abstract: *The difficulty in accessing water in adequate quality and quantity affects various sectors of society, not only in terms of infrastructure but also in the scales of water management. Furthermore, most analyses and proposed solutions fail to consider the dynamics at the housing scale in ensuring access to water, particularly in precarious housing areas and urban slums. In this context, the present article adopts the perspective of Feminist Political Ecology to analyze how water-related tasks are divided by gender based on the experiences of residents of the Mangueirinha community, located in the eastern zone of São Paulo city. By examining how strategies to overcome household water insecurity are divided by gender, a gap is revealed in the theory and practice of environmental sanitation, highlighting how gender categories are also created and shaped through processes of access, use, and control of water resources. This analysis points toward a path for debating and designing public water access policies that are more consistent with the realities of people who experience household water insecurity daily.*

Keywords: *Gender relations; Access to water; East Zone of São Paulo; Territorial planning.*

“SOY SOLO YO QUIEN REALIZA TODO ESTE PROCESO DEL AGUA AQUÍ”: LA DIVISIÓN DE TAREAS POR GÉNERO PARA OBTENER AGUA EN LA COMUNIDAD DE MANGUEIRINHA, ZONA ESTE DE SÃO PAULO

Resumen: *La dificultad en el acceso al agua en calidad y cantidad afecta a los más diversos sectores de la sociedad, no sólo en términos de infraestructura, sino también en las escalas de gestión del agua. Además, la mayoría de los análisis y soluciones propuestas no consideran las dinámicas a escala de la vivienda para garantizar el acceso al agua, especialmente en áreas de vivienda precaria y asentamientos informales urbanos. En este sentido, el presente artículo adopta la perspectiva de la Ecología Política Feminista para analizar cómo las tareas relacionadas con el acceso al agua se dividen por género a partir de las experiencias de los habitantes de la comunidad de Mangueirinha, zona este del municipio de São Paulo. Al analizar cómo se dividen por género las estrategias para superar la inseguridad hídrica domiciliar, se abre una brecha en la teoría y práctica del saneamiento ambiental para comprender cómo las categorías de género también se crean y moldean a través de los procesos de acceso, uso y control de los recursos hídricos. De este modo, se señala un camino para el debate y diseño de políticas públicas de acceso al agua más coherentes con la realidad de las personas que enfrentan diariamente la inseguridad hídrica domiciliar.*

Palabras clave: *Relaciones de género; Acceso al agua; Zona Este de São Paulo; Planificación territorial.*

INTRODUÇÃO

Era um dia de sol, em Novembro de 2022 e eu caminhava pelas ruas da comunidade Mangueirinha¹, localizada no extremo leste da cidade de São Paulo. Estava acompanhada da moradora Graça, militante na frente de mulheres da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), que atua na região promovendo a mobilização das famílias pela luta por moradia e direitos básicos. Graça foi minha interlocutora no território e minha companheira de pesquisa de campo. Passamos por uma casa onde tinha um morador cavando um buraco no chão com uma enxada, perguntei o que ele estava fazendo e ele disse que precisava cavar para achar onde estava o vazamento da mangueira de água, porque a casa dele amanheceu sem água. Ele acreditava que a mangueira tinha estourado, e disse que sua esposa estava lá dentro racionando a pouca água que tinha armazenado para as tarefas domésticas, mas precisava urgente de água para dar banho nas crianças. Eu não entrevistei esse morador para minha pesquisa de mestrado, mas anotei seu relato em meu diário de campo junto da observação: o marido cuida da infraestrutura, a esposa faz a gestão da água, então as tarefas diárias para conseguir água são divididas por gênero?

No que tange o debate entre relações de gênero e acesso à água, desde a década de 1970, o campo “gênero e meio ambiente” tem contribuído para destacar o papel desempenhado pelo gênero na determinação do acesso e controle dos recursos naturais (Myrntinen *et al.*, 2018). A produção acadêmica e de organizações internacionais vêm enfatizando, de forma geral, como a mulher tem assumido o manejo e sustento dos recursos naturais que fazem parte do dia a dia dos grupos comunitários, das aldeias e dos segmentos mais excluídos em diversas partes do mundo (Empinotti, 2010). As intervenções referentes à água estão cada vez mais implementando abordagens sensíveis à questão de gênero, com o objetivo de reparar os danos desproporcionais que as mulheres enfrentam (Brewis *et al.*, 2023), mas a construção social de gênero é mais complexa que reconhecer que as mulheres são as mais afetadas pelas dificuldades de acesso à água, uma vez que as relações de poder de gênero ocorrem de forma multifacetada e interseccionadas com dinâmicas de sexualidade, identidades, classe, raça, etnia e idade (Godoy, 2023).

Estudiosas e ativistas feministas que atuam no campo da Ecologia Política introduziram a dimensão de gênero frente às questões ambientais e reconheceram a interseccionalidade entre a dominação e exploração da natureza com as desigualdades sociais de forma geral (Elmhirst, 2015). A perspectiva foi denominada Ecologia Política Feminista (EPF), na década de 1990 (Ulloa, 2020), e aborda a crise ecológica a partir dos estudos críticos do desenvolvimento e de escalas menos visíveis, da casa e do corpo. O campo da Ecologia Política Feminista é útil para investigar as experiências corporificadas relacionadas à água, tanto no que tange suas condições materiais, como aos discursos mais complexos de diferenciação e exclusão social nas cidades contemporâneas. Com a EPF, é possível incluir investigações de como as atividades cotidianas de acesso à água constituem subjetividades e outras dimensões de desigualdade experienciadas no corpo generificado, diariamente,

conectando-se com escalas maiores de debate sobre direitos e oportunidades nos espaços urbanos (Truelove, 2011).

Se pensarmos a questão do acesso ao recurso hídrico dentro do planejamento territorial pela lente crítica da EPF, constata-se que a política pública de acesso à água é voltada para a construção da infraestrutura, atendimento da demanda e aumento da cobertura da rede, justamente uma visão que prevê um único tipo de modo de vida padrão. Considerando os múltiplos fatores para que a universalização ocorra no sentido da função social do saneamento, para além da presença da rede de abastecimento, temos dados gerais de acesso à água insuficientes para representar a realidade e a diversidade de problemas e contextos nos quais a falta ou a dificuldade no acesso à água ocorre, em domicílios de famílias de baixa renda (Empinotti *et al.*, 2021). Os dados oficiais que privilegiam a porcentagem de cobertura de rede ou população atendida, não permitem adentrar na escala domiciliar e dar visibilidade aos problemas cotidianos dos moradores e moradoras de comunidades e favelas. Embora existam dados quantitativos sobre a disponibilidade de infraestrutura de abastecimento de água em escala municipal, pouco se sabe sobre as experiências e as práticas dos indivíduos e suas famílias em relação à água, principalmente nas comunidades marginalizadas (Jepson, 2013).

Por isso precisamos trabalhar com o conceito da insegurança hídrica domiciliar, que é definido pela falta de acesso à água em quantidade e qualidade suficiente para todas as necessidades humanas, além de ser economicamente viável (Jepson *et al.*, 2017). O conceito posiciona o acesso ao recurso hídrico como um processo constituído por relações sociais de poder em diversas escalas e na vida cotidiana, sendo a água um instrumento mediador de práticas culturais entre as pessoas de uma determinada comunidade (Empinotti, 2008). Tem como ponto de partida a compreensão processual, o reconhecimento das desigualdades a partir do domicílio, das práticas cotidianas e suas relações sociais, em especial, realizadas pelas populações em condição de vulnerabilidade, e onde se concentram os déficits de saneamento (Godoy & Empinotti, 2023). Ao usar o conceito de insegurança hídrica domiciliar para analisar a questão do acesso à água, é possível questionar o sujeito universal, único e homogêneo nos dados, olhar para outras escalas, como da casa e do corpo, e ouvir as histórias das pessoas que vivenciam insegurança hídrica diariamente para entender as dinâmicas territoriais da vida cotidiana dos diferentes sujeitos e seus diversos modos de vida em relação à água, para então desenharmos políticas públicas que empoderem, em vez de subalternizar. Um caminho que é possível ser traçado pelas perspectivas feministas, antirracistas e interseccionais, que têm contribuído para a teoria e prática do planejamento territorial, como a EPF.

Portanto, o objetivo do presente artigo é analisar como a construção social de gênero divide as tarefas para conseguir água diariamente e desenha dinâmicas territoriais que constituem as práticas cotidianas de acesso à água no território da comunidade Mangueirinha, zona leste de São Paulo, discussão que é parte da minha dissertação de mestrado. O artigo está

estruturado em quatro partes, sendo a primeira uma breve explicação da metodologia utilizada para coleta e sistematização dos dados apresentados; a segunda traz os dados que caracterizam a comunidade em relação a sua tipologia habitacional; na terceira parte é apresentada a infraestrutura de acesso à água presente no território; e por último, a análise de como a construção social de gênero divide as tarefas para conseguir água nos arranjos familiares da Mangueirinha. Por fim, concluo com uma provocação para a emergência de novas linguagens e práticas políticas em relação ao acesso à água a partir da Ecologia Política Feminista, questionando os antigos paradigmas e epistemologias que são base do campo do planejamento territorial.

METODOLOGIA

Para captar como as relações de gênero se constituem no cotidiano de insegurança hídrica domiciliar, adota-se práticas metodológicas feministas e um compromisso ético de pensar processos outros de coleta, sistematização e análise de dados. Fazer pesquisa feminista envolve uma preocupação com todo o processo de condução da investigação e assume um caráter crítico intrínseco, tendo como objetivo a mudança social, o resgate da experiência dos sujeitos e o empoderamento de grupos sociais oprimidos (Mariano *et al.*, 2022). As metodologias feministas são engajadas como contra-narrativas aos modelos tradicionais dominantes de pesquisa e ciência ao enfatizar a natureza experiencial e corporificada de fazer pesquisa (Dupuis *et al.*, 2022).

Nesse sentido, coloquei os moradores e moradoras da comunidade Mangueirinha como sujeitos da pesquisa, enquanto o objeto de estudo foram suas experiências corporificadas de acesso à água. Essa inversão possibilitou olhar para as experiências de gênero, e suas intersecções com raça e classe, como fonte de construção de conhecimento, e por meio delas trabalhar gênero e outros marcadores sociais como parte do processo metodológico, desde o desenho da pesquisa até a relação entre pesquisador e sujeitos (Mariano *et al.*, 2022). As experiências corporificadas e generificadas que os sujeitos vivenciam para acessar água diariamente é algo produzido na prática cotidiana, sendo necessário uma combinação de métodos, que no caso adotei métodos de pesquisa qualitativa que possibilitam captar dados subjetivos: observação simples; entrevistas semi-estruturadas com gravação de áudio; e desenhos esquemáticos.

O tempo de coleta no campo durou 6 meses, desde a primeira visita na comunidade Mangueirinha em novembro de 2022 até o último dia de entrevistas em abril de 2023. Ao todo foram entrevistados(as) 17 pessoas, sendo 1 a liderança (homem), 7 moradores homens e 9 moradoras mulheres. A escolha dos(as) entrevistados(as) foi a partir da rede de amigos de Graça, moradora da comunidade que foi minha porta de entrada no território. Todos os dados levantados foram coletados e analisados preservando o anonimato dos sujeitos envolvidos e da própria comunidade. Devido aos dados sensíveis encontrados em campo, a descrição da comunidade é feita de forma que o estudo é fundamentado, porém não permite

identificar qual é a comunidade. Então, Manguinhos é um nome fictício para a comunidade e os nomes de todos(as) os(as) entrevistados(as) foram alterados. A questão do anonimato aparece com frequência em pesquisas feministas com abordagem que valoriza experiências situadas, o que necessita de uma reflexão constante da pesquisadora sobre a ética do seu trabalho.

Para analisar os dados coletados em campo foi utilizado a escrita narrativa, que compartilha histórias e torna visível a múltiplas identidades e posicionamentos, ética e as complexidades da pesquisa cotidiana, mostrando que o conhecimento não está desconectado, mas sim entrelaçado com emoções e experiências (Dupuis *et al.*, 2022). Além da escrita narrativa, fiz uso dos desenhos esquemáticos, tanto para ilustrar a experiência do campo, quanto para sistematizar e analisar os dados. A narrativa escrita com o apoio dos desenhos trouxe a percepção e a sensação das subjetividades por meio de palavras e imagens, trazendo corporeidade e emoção para uma produção de conhecimento situado (Dupuis *et al.*, 2022), que agrega não apenas valor científico, mas também traz sua capacidade artística, política e ativista de ligar as pessoas através dos seus contos (Nooijer & Sol Cueva, 2022). Essa análise gerou narrativas temáticas sobre a constituição do território da comunidade Manguinhos, qual a infraestrutura de abastecimento de água presente, como a insegurança hídrica domiciliar afeta o cotidiano dos moradores e moradoras e a divisão por gênero das tarefas para conseguir água diariamente. As próximas seções irão apresentar algumas narrativas, acompanhadas de partes das entrevistas, mapas e ilustrações de autoria própria.

“DA PONTE PRA LÁ É UMA HISTÓRIA, DA PONTE PRA CÁ É OUTRA”: A COMUNIDADE MANGUEIRINHA

A comunidade Manguinhos está localizada no extremo da Zona Leste do município de São Paulo, na subprefeitura e distrito da Cidade Tiradentes, fazendo divisa com o município de Ferraz de Vasconcelos. De acordo com o site da Prefeitura Municipal de São Paulo, o distrito da Cidade Tiradentes foi planejado como um conjunto periférico e “bairro dormitório” para atender populações atingidas por obras públicas. Na década de 1970, a quantidade de famílias morando na região aumentou e foi necessário construir prédios residenciais para atender essa população. As famílias que não conseguiram ser atendidas nos conjuntos habitacionais e aguardavam na fila da casa própria, começaram a ocupar os lotes vazios entre os prédios da COHAB ou áreas de expansão da mancha urbana, em terrenos públicos ou privados (São Paulo, 2024). Uma dessas ocupações de terra deu origem à comunidade Manguinhos.

O portal Habitasampa classifica o território da comunidade Manguinhos como loteamento irregular, com 500 lotes, área de 454219,39 m², sendo uma parte ZEIS 01 (Zona Especial de Interesse Social 01), outra parte ZEIS 02 (Zona Especial de Interesse Social 02), e uma terceira ZMa (Zona Mista Ambiental), conforme a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de março de 2016 - Lei de Zoneamento 16.402/2016. Nas idas a campo, observei como as

moradias são bem espaçadas, com áreas livres entre elas, como quintais, jardins e vegetação das margens dos córregos. A comunidade é circundada por um córrego em todo seu perímetro e há algumas nascentes dentro dos lotes residenciais. O desenho das vias principais da comunidade tem o mesmo traçado do córrego, a rua principal em um ponto bifurca em duas vias que depois se encontram novamente, abraçando e delimitando a área. Parte do córrego é paralelo a avenida principal da região que tangencia o perímetro da comunidade, por isso a entrada da Mangueirinha é uma ponte no cruzamento da rua principal da comunidade com a avenida (Figura 1).

Figura 1: Mapa esquemático da comunidade Mangueirinha



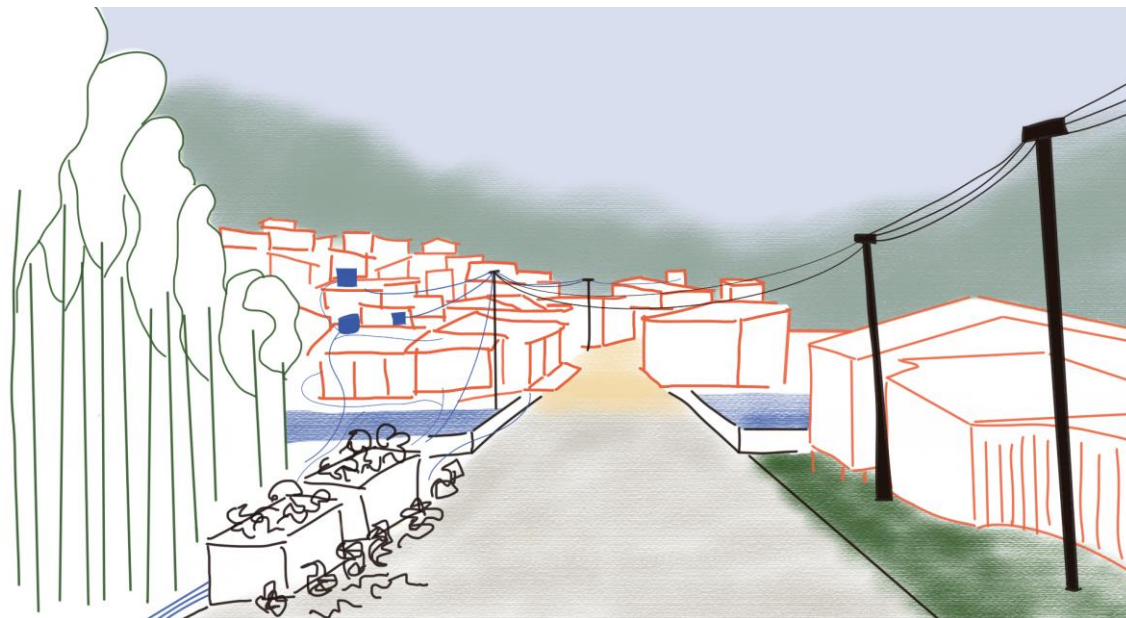
Fonte: elaborada pela autora

A avenida que tangencia a comunidade é umas das três vias principais da região, conecta vários bairros e possui toda a infraestrutura de abastecimento de água, esgoto, pavimentação, iluminação pública, drenagem, comércio, serviço e transporte público. Na avenida estão localizados vários equipamentos públicos, como a Unidade Básica de Saúde (UBS), duas escolas de educação infantil e três de ensino fundamental e médio, além de outras cinco escolas que ficam nos bairros do entorno. Toda essa infraestrutura não chega na comunidade, ela não “atravessa” a ponte, então *“da ponte pra lá é uma história, da ponte pra cá é outra”* como disse Dalton, morador da Mangueirinha, em sua entrevista.

A paisagem da Mangueirinha é marcada por barracos de madeira, topografia acidentada, ruas sem pavimentação, esgoto a céu aberto, grande acúmulo de resíduos e mangueiras azuis de abastecimento de água. Todas as ruas da comunidade são de terra batida e apenas algumas tem pedrisco que os próprios moradores jogam vez ou outra. A energia elétrica não é regularizada, todas as casas têm eletricidade por redes informais puxadas pelos próprios moradores. Como o caminhão de coleta de resíduos sólidos não entra na comunidade, os moradores e moradoras levam seus lixos até as caçambas que ficam antes da ponte no

cruzamento da rua principal com a avenida. O acúmulo de lixo nesse ponto é muito grande e atrai ratos, cachorros, gatos e às vezes as pessoas colocam fogo. Assim, a imagem da entrada da comunidade é do lado esquerdo vegetação de eucaliptos e caçambas com acúmulo de resíduos e do lado direito casas de madeira (Figura 2).

Figura 2: Ilustração da entrada da comunidade Mangueirinha.



Fonte: elaborada pela autora

O problema da regularização fundiária da comunidade é o que está impedindo a regularização de água, esgoto e energia elétrica no território. É o que Maricato (2003) coloca sobre o direito constitucional ao saneamento básico não ser cumprido devido à ilegalidade em relação à propriedade da terra, gerando uma realidade de segregação ambiental. No momento em que escrevo esse artigo, em outubro de 2024, Graça me contou que a Sabesp já mapeou o território, fez o planejamento da ligação e está em vias de colocar os relógios individuais por moradia. Mesmo com o futuro da regularização da água batendo na sua porta, atualmente a infraestrutura de acesso à água na comunidade Mangueirinha ainda é a mesma.

“FOI ESSA MANGUEIRA QUE COLOCARAM AQUI PARA TER ÁGUA PARA NÓS”: O ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA COMUNIDADE

Na comunidade Mangueirinha o abastecimento de água não é regularizado e as famílias acessam à água de duas formas: por poço ou pela rede informal de mangueiras. Também não há infraestrutura regularizada de coleta de esgoto, então a maioria das casas conduz os dejetos por canos para os córregos que passam pelo território, ou possuem fossa, ou o esgoto é destinado para a rua e corre a céu aberto, misturado com o chão de terra batida. Os córregos recebem os esgotos e enchem quando tem muita chuva, alagando as casas e ruas.

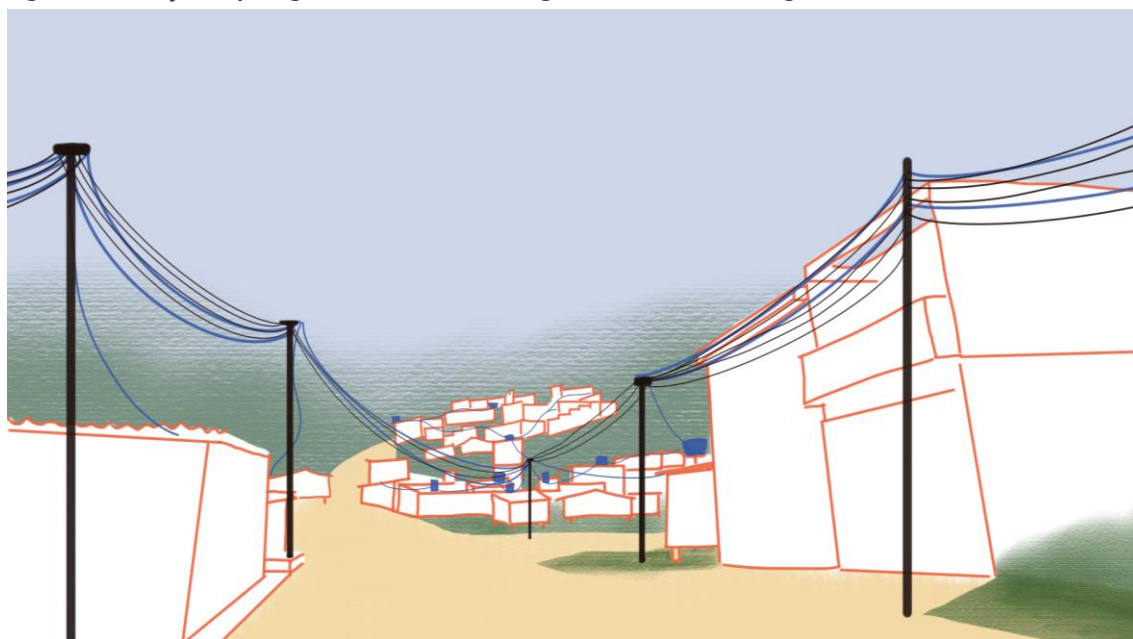
Os poços de abastecimento de água foram perfurados manualmente pelos próprios moradores. Alguns possuem bombas, outros é preciso puxar a água com balde pendurado na cordinha. O tratamento da água é feito com cloro, segundo relato dos moradores. Os poços têm uma profundidade menor que 20 metros e são todos do tipo raso, que captam águas de acúmulo de chuva que formam o lençol freático mais superficial, tipo de poço que possui um grande risco de contaminação por bactérias que penetram o solo, principalmente em regiões onde não existe rede pública de saneamento básico (Novaes *et al.*, 2002), que é o caso da Mangueirinha.

Na casa de Graça há um poço que abastece sua casa e outras 3 moradias no seu lote, todas da sua família. As 4 casas da família de Graça não enfrentam problemas de falta de água, porque o poço nunca seca, tem bomba e caixa d'água. Porém, em dias de muitas tarefas domésticas, Graça precisa ligar a bomba várias vezes para encher a caixa d'água. O maior problema é a rede elétrica, que falta muita energia ou tem sobrecarga na rede, o que faz com que a bomba não funcione. Graça prefere encher baldes, esquentar a água com o ebullidor elétrico (rabo quente) e tomar banho de canequinha. Graça conta que o poço passa uma segurança em relação a água, mas *“quando falta energia uns 2 dias, é perigoso a gente ter que abrir o poço e puxar com baldinho de água, por causa que a bomba não funciona né”*. Ela e sua prima, Dina, que mora na casa dos fundos, são as encarregadas de puxar a água pelo balde, tarefa que impacta diretamente no corpo delas, como dores nas costas e mãos. Ter uma fonte de água abundante não garante segurança hídrica.

Por outro lado, existe o abastecimento pela rede das mangueiras, que é a principal forma de acesso à água na comunidade Mangueirinha. Elas são mangueiras comuns, de borracha, em sua maioria azuis, simples de lavar quintal, ligadas à rede pública. O ponto de conexão da rede das mangueiras com a rede da Sabesp é antes da ponte, no cruzamento da rua principal da comunidade com a avenida. Na “esquina das mangueiras de água”, como os moradores chamam, há um buraco na calçada que a própria Sabesp liberou, e dele saem 8 mangueiras azuis que estão conectadas no tubo da rede pública da avenida, e essas 8 mangueiras vão se conectando a outras, desdobrando-se em várias redes de mangueiras que distribuem água pela comunidade toda.

As mangueiras de água não estão enterradas ou passam pelo chão nas ruas, elas são elevadas e percorrem junto aos fios da rede elétrica. Ao olhar a paisagem da comunidade Mangueirinha, é muito marcante ver as mangueiras azuis que “voam” emaranhadas com a fiação elétrica, amarradas nos postes de madeira, árvores, muros e telhados e cruzam os córregos e a vegetação (Figura 3). Elas vão se desdobrando em várias outras mangueiras por conexão do tipo T, como uma gigante teia de mangueira azul que distribui água para as moradias.

Figura 3: Ilustração da paisagem da comunidade Mangueirinha e rede de mangueiras.



Fonte: elaborada pela autora

Diferente das pessoas que possuem poço, os moradores e moradoras que são abastecidos pela rede das mangueiras vivenciam a falta de água todos os dias. A falta de água nas mangueiras é todos os dias de noite até de manhã cedo. As famílias acreditam que a Sabesp regula a quantidade de água na conexão entre a rede pública e as mangueiras, o que diminui a pressão da água que chega nas torneiras das suas casas. Isso faz com que as moradias que estão em áreas mais altas do território acabem ficando sem água com maior frequência, por não ter pressão suficiente para vencer a declividade. Além disso, se a moradia não possui caixa d'água para estocar grande quantidade de água e cada rede de mangueira abastece até 20 famílias, se algumas famílias usam mais água, acaba faltando para outras.

Quando uma família chega para morar na comunidade Mangueirinha, se o terreno não é propício para fazer um poço, a nova família precisa falar com "alguém" para comprar um "bico de água", como os moradores chamam, que é fazer uma bifurcação em alguma mangueira já conectada na rede das mangueiras, porém sem afetar o abastecimento de água da rede já existente. Então, o novo morador paga para esse "alguém", que se torna o dono da rede, um valor para comprar o ponto de água e colocar a mangueira. O valor depende da quantidade de material, mangueira e conexões, que precisa colocar e também a quantidade de novas famílias que farão o rateio e serão abastecidas por essa nova rede de mangueira.

Após comprar um "bico de água", as famílias têm gasto com a manutenção da mangueira. O dono da rede é o responsável por arrecadar dinheiro com as famílias ligadas à rede danificada e fazer o conserto dela. Sempre que falta água, o dono da rede procura o problema, às vezes é a mangueira que rachou por ficar exposta ao sol, ou alguém cortou, ou pode ser que a mangueira estourou no ponto de conexão com outras. Dalton me conta que o *"gasto com manutenção fica uns R\$30,00 pra cada família da rede. Fica barato, porque é só arame, uma*

coisinha ou outra". Sobre o responsável pela manutenção da rede, Dalton diz que não pode me dizer o nome do dono da rede, não pode citar, mas que às vezes ele mesmo ajuda a consertar.

Devido a realidade precária de vulnerabilidade social e falta de infraestrutura no território, os moradores e moradoras vivenciam diferentes formas de insegurança hídrica domiciliar. A variedade de tipologias de moradias com diversas configurações de instalações hidráulicas autoconstruídas e formas outras de conseguir água diariamente, além das estratégias que as famílias recorrem quando falta água, vão se desenhando dinâmicas territoriais singulares a partir da insegurança hídrica domiciliar. Nesse cenário, todos os moradores e moradoras entrevistados, tanto os que possuem poço como os abastecidos pelas redes das mangueiras, querem a regularização da água, querem pagar, ter a conta, ter um endereço. Porém, as famílias sabem que mesmo se a Sabesp regularizar o abastecimento de água na comunidade, não quer dizer que ficará tudo perfeito, mas sim enfrentarão outros tipos de insegurança hídrica domiciliar, como por exemplo a intermitência da rede no período noturno ou não conseguir armazenar grande quantidade de água por não ter caixa d'água. A questão da insegurança hídrica domiciliar vai além da presença ou não de infraestrutura, ela entende as dinâmicas de poder que se dão no processo de acessar água, como as relações de gênero.

"SÓ SOU EU MESMA QUE FAÇO TODO ESSE PROCESSO DA ÁGUA AQUI": A DIVISÃO POR GÊNERO DAS TAREFAS PARA CONSEGUIR ÁGUA

Na comunidade Mangueirinha, a divisão por gênero das tarefas para conseguir água diariamente ficou evidente em todas as vezes que estive no território. Todos os entrevistados que são homens casados disseram que dividem igualmente as tarefas com suas esposas, mas são as esposas que ficam responsáveis pela gestão e gerenciamento do uso da água nas tarefas diárias do domicílio. Eles dizem que ajudam a executar as tarefas domésticas que exigem água, como cozinhar, lavar a louça, limpar a casa, mas quem garante que essas tarefas possam ser executadas por eles, são as esposas que estão armazenando, controlando e repondo a água nos recipientes de armazenamento.

O morador Dalton se considera o chefe da família sendo dele a responsabilidade pelas despesas da casa, já que sua esposa não trabalha fora e fica em casa cuidando das filhas, que para ele é o maior trabalho que existe. Dalton reconhece o trabalho reprodutivo que sua esposa desempenha como dona de casa, diz que também a ajuda nas tarefas domésticas, como cozinhar, lavar a louça, varrer a casa, e que só não lava roupas por perigo de manchá-las e a esposa ficar brava com ele. Quando falta água, Dalton tem que ir buscar, porque sua esposa tem trombose e não consegue carregar muito peso, além dele não acha bom mandar as filhas adolescentes pegarem água no vizinho. Dalton é o responsável por carregar a água quando falta. Ele também é o responsável por fazer a manutenção da rede de mangueiras, ele conta que para arrumar a mangueira tem que entrar no mato, onde há cobras e aranhas,

além do risco de tomar choque já que as mangueiras estão vazando água enroladas aos fios elétricos. Por ser muito perigoso, Dalton diz que só homens vão.

Vamos todos homens, mulher não vai por causa disso, é muito perigoso, entendeu? Algumas mulheres ainda se arriscam, mas tem outras que não vai mesmo porque é muito perigoso, porque é fio, aí tem que tomar cuidado com energia, tem que tomar cuidado com o bicho, com cobra, com aranha. Tem que ser muito cauteloso. (Relato de Dalton sobre ir arrumar as mangueiras)

A opinião de Dalton de que é muito perigoso fazer a manutenção da rede das mangueiras, sendo da responsabilidade dos homens e não das mulheres, é reflexo da construção social de gênero, em que a lógica dominante atribui às pessoas de acordo com seu sexo biológico um conjunto de características sociais, culturais, políticas, psicológicas, jurídicas e econômicas que elas devem exercer. No caso, os homens são considerados os fortes e corajosos e enfrentam os perigos que envolvem entrar no mato e fazer a manutenção da mangueira, já as mulheres são consideradas delicadas e frágeis, então não conseguem executar essa tarefa tão perigosa.

Na casa de Graça e seu então marido André ², se repete o mesmo cenário. Quando acontece da bomba do poço falhar por questões elétricas, é André que conserta, pois ele é eletricitista, ou quando falta energia e Graça conta que *“aí é perigoso a gente ter que abrir o poço e puxar com baldinho, por causa que a bomba não funciona né”*. Quem faz esse trabalho de puxar a água dentro do poço com balde é Graça, mas caso André esteja em casa, é ele quem faz, pois ele não a deixa pegar muito peso, reforçou Graça em sua entrevista. Para André, por Graça ser do gênero feminino, ela é considerada fisicamente fraca para puxar água do poço.

Durante a entrevista de André, quando perguntei sobre quem construiu a infraestrutura de abastecimento de água e esgoto da moradia, André respondeu: *“Eu mesmo! É, parcialmente com a Graça, mas foi eu mesmo”* e sobre quem faz a manutenção da infraestrutura, respondeu: *“Eu mesmo, de final de semana, aí gasto só com material”*. André me responde às perguntas sobre infraestrutura com termos técnicos, como aplainar o terreno, ligação hidráulica, poço artesiano, lençol freático. André tem consciência do impacto humano naquele território em relação ao meio ambiente, ele se preocupa com a poluição da água e do solo, fica frustrado com os vizinhos que não querem destinar o esgoto de uma forma correta e acabam poluindo o córrego que passa na frente de seu terreno. Ele, assim como Dalton, possui um acúmulo de conhecimento técnico que é o reconhecido enquanto ciência pelo pensamento dominante, o que exclui as pessoas que não o possuem, por exemplo, as mulheres entrevistadas que descreveram a infraestrutura de abastecimento de água das suas moradias com termos populares, linguagem informal e gírias.

Sobre a divisão das contas, André e Graça dividem tudo, na base da conversa. Ela conta que *“a gente se conversa junto, tudo. E é a opinião dos dois, se um não estiver de acordo, vai outra opinião para ver se está de acordo ou não, para os dois. Da mesma forma o gasto. Quando ele não tem, eu arco. Quando eu não tenho, ele arca”*. Sobre as tarefas domésticas, quando perguntei

quem é o responsável, Graça responde de pronto, sem hesitar: *“Eu! Porque ele começou a trabalhar, graças a Deus, começou a trabalhar, mas quando ele não tá trabalhando, ele lavava a louça, só não lavava roupa, mas fazia alguma coisinha para a gente comer e cuida das crianças”*. Na entrevista de André, ele responde igual Graça, que as contas *“nós divide no meio da comunicação”* e que as tarefas domésticas Graça que fica mais responsável, já ele *“só de sábado e domingo, porque eu trabalho de segunda a sexta, das 8h às 18h”*.

Sobre quem é responsável pelo gerenciamento do uso da água na moradia, isto é, quem enche os recipientes de armazenamento água, verifica quando essa água está acabando e precisa encher novamente, quem divide a quantidade de água armazenada para as tarefas domésticas, monitora o uso da água para não ter desperdício, Graça responde que *“é eu e ele, porque assim, não pode ficar vazando, desperdiçando água. Por isso é nós dois que gerencia a água”*, e na entrevista de André ele reforça que *“Quem gerencia é os dois. Ela, que fica boa parte do dia, e eu quando eu chego em casa também”*. Entretanto, é Graça que fica responsável por reservar água em baldes e esquentar a água para tomar banho, encher o filtro de barro para ter água filtrada para beber e cozinhar e também encher os baldes para dar descarga, uma vez que o vaso sanitário da casa não está ligado aos canos de abastecimento de água. Ela faz essa tarefa todos os dias. Já André não realiza essas tarefas, ele não gerencia o uso da água, diz que a responsável é *“Graça, devido a eu ter um emprego que dá quase 12 horas de trabalho”*.

O marido, por ser colocado como o responsável pelo trabalho produtivo, fora de casa e assalariado, ele se esquia de fazer as tarefas de garantia e gestão do uso da água para as tarefas diárias dentro da moradia. A carga horária do trabalho produtivo é vista como motivo para os maridos realizarem apenas as atividades que podem ser feitas pontualmente, como a manutenção e construção da infraestrutura, aos finais de semana. Mesmo reconhecendo as tarefas domésticas como atividades que ocupam tempo, o trabalho reprodutivo executado pelas mulheres não é reconhecido como trabalho da mesma forma que o trabalho produtivo realizado pelos homens. Assim, insegurança hídrica domiciliar coloca mais uma série de atividades na responsabilidade de quem está em casa todos os dias realizando o trabalho reprodutivo, isto é, a esposa. Se ela é a que executa a tarefa doméstica que precisa de água, soma-se ao seu trabalho reprodutivo também a responsabilidade por garantir a água, gerenciar o seu uso, e depois despejar o esgoto, além de ter seu emocional impactado, seja ansiedade com a possibilidade da falta de água, o sofrimento com a real falta e a alegria quando tem água.

Essa divisão desigual se repete também na casa de Dina, prima e vizinha de Graça, mesmo ela executando um trabalho produtivo fora de casa com a mesma quantidade de horas que seu marido. No caso de Dina, ela acumula o trabalho produtivo e reprodutivo. Em sua entrevista, ela conta que ela e o marido dividem as contas igualmente, então ambos são considerados chefes da família, mas a divisão das tarefas domésticas é apenas dela, responde com uma gargalhada e fala *“não, sou só eu, tarefa doméstica só eu mesma”*. Quem faz a gestão do uso da água também é Dina, ela relata que *“só sou eu mesma que faço todo esse processo*

da água aqui, para tomar água também, eu pego água e encho as garrafas do filtro e coloco dentro da geladeira, para ter água gelada". A construção da infraestrutura atual da sua casa foi o esposo que executou, ela justifica dizendo que é porque ele trabalha com hidráulica. Como a sua entrevista foi feita na presença do seu marido, que estava na cama deitado enquanto nós estávamos no sofá conversando, tudo no único cômodo do barraco que moram, quando ele saiu eu aproveitei para perguntar sobre como era a divisão das tarefas na realidade. Nesse momento, Dina desabafou:

Em contas, é eu e ele nas contas, mas assim, você vê ele, é assim (faz um gesto mostrando a casa e aponta para a porta por onde ele saiu) no dia a dia, de fazer as coisas da água, é tudo eu, porque ele não fica em casa. Aqui é assim, eu chego primeiro que ele, eu chego mais cedo porque eu trabalho próximo daqui, então assim ele chega aqui umas 20h, 21h, então não tem como ele fazer isso. É só eu mesmo. Aí no caso, se precisar arrumar algum cano, sim, ele faz. Mas como a gente não tem tanta necessidade, então ele quase não mexe em nada, não tem tanta necessidade. (Desabafo de Dina sobre a divisão das responsabilidades para conseguir água)

No arranjo familiar de Jasmin, também vizinha de Graça, seu marido não realiza nenhuma tarefa no dia a dia por trabalhar fora e estar disponível apenas aos finais de semana. Por exemplo, quando precisa fazer alguma manutenção no poço ou nos tubos de coleta de esgoto que ele mesmo construiu, Jasmin disse que seu esposo *"trabalha durante a semana, então de final de semana, se tiver algum problema, ele vai lá e mexe"*. Antes tinha uma caixa d'água em sua moradia, que ficava no alto e abastecia os canos que chegavam nas torneiras do banheiro e da pia da cozinha, mas o encanamento entupiu com as folhas das árvores e tiveram que retirar toda a rede de canos para construir novamente, mas antes, Jasmin conta que seu marido subia com balde cheio de água para encher a caixa d'água do alto, porque eles não têm bomba no poço, ela reforça que *"é homem né, ele aguenta. Ele subia com o baldinho, aí jogava tudo dentro da caixa e eu que pego dali do poço e ele que sobe e coloca"*. Agora armazenam água dentro de casa, em um tambor grande que é Jasmin que enche. Então, as tarefas de construção e manutenção da infraestrutura são de responsabilidade do esposo. Jasmin fica responsável por fazer a gestão e gerenciamento do uso da água, é ela que pega a água do poço com balde na cordinha, leva para dentro de casa, enche o tambor, divide a quantidade de água necessária para cada tarefa doméstica, se preocupa se a água do tambor está acabando e se vai faltar ou não. Porém, Jasmin tem uma visão crítica, ela reclama dizendo que quando o armazenamento de água era a caixa d'água, o marido que ficava responsável *"mas de resto, as coisas da casa, tudo sou eu quem faço, porque ele é homem e só porque trabalha, ele já era, né, o trabalho dele. Então em casa sou eu quem mando"*. Jasmin sabe que a posição do marido de realizar poucas tarefas de acesso à água simplesmente por ser homem e trabalhar fora não é suficiente, isso não o isenta das obrigações domésticas, mas como ele age dessa forma, ela se posiciona como chefe da família, a que manda, já que é ela que faz tudo na realidade.

No caso do arranjo familiar de Jorge, um morador entrevistado, há uma divisão bem definida das responsabilidades entre os gêneros. A divisão das despesas e contas da casa eles dividem igual, Jorge explica que *“é nós dois, um ajuda o outro. Ela pega uns bicos também e compartilha tudo”*, mas as tarefas domésticas são função da esposa, ele não faz nenhuma, e caso a esposa não esteja em casa, é a filha mais velha que cozinha, limpa a casa, lava a louça e a roupa. A divisão do pagamento das contas é mais recorrente entre os casais heteronormativos em assentamentos precários devido à dificuldade econômica. Diante das diversas despesas que a família tem, é necessário somar a maior quantidade de renda possível, o que causa a evasão escolar e a entrada de jovens em empregos informais para ajudar a família. Agora a divisão das tarefas domésticas já não é igualitária, elas ainda são vistas como responsabilidades do gênero feminino, porque são tarefas que lhe foram atribuídas como naturais. O trabalho reprodutivo é visto como intrínseco ao gênero feminino, seja a esposa ou a filha. Como diz a famosa frase de Silvia Federici *“eles dizem que é amor, nós dizemos que é trabalho não remunerado”*, a reprodução da vida foi feminizada e sentimentalizada, definida como *“cuidado”* em oposição a *“trabalho”*, realizada por *“amor”* em oposição ao dinheiro (Arruzza *et al.*, 2019)

Em relação à construção e manutenção da infraestrutura, Jorge construiu a casa de alvenaria que a família vive. A moradia está ligada a rede das mangueiras que chega direto na torneira da cozinha e depois abastece a torneira do quintal. Na torneira do quintal está ligada uma mangueira que passa contornando a moradia até chegar ao banheiro, que fica dentro da casa. O banheiro não tem água encanada, nele há baldes e galões de água para armazenamento de água e uso para descarga e banho de canequinha. A moradia tem uma caixa d'água que fica no quintal, é usada como piscina para as crianças brincarem. O armazenamento da água é feito nos baldes e galões do banheiro. Jorge disse que ele e a esposa são responsáveis em encher os recipientes, dividem essa tarefa e justamente por isso não tem problemas de falta de água, sempre estão enchendo e fazendo a gestão do uso da água.

Na casa de Carolina, moradora entrevistada, há também a divisão por gênero das responsabilidades de acesso à água. Sua casa é um barraco de madeira construído pela ONG TETO, parte dele fica sobre o córrego que cruza a comunidade Mangueirinha, assim o barraco é suspenso por palafitas e com grande risco de deslizamento, que já vem acontecendo na parte dos fundos da casa voltada para o córrego. O lote é comprido e sua moradia fica aos fundos de uma casa, com acesso a rua principal da comunidade. O barraco é apenas um cômodo, sem instalação hidráulica ou elétrica. O único ponto com abastecimento de água é no banheiro, que fica do lado de fora da casa e foi construído de alvenaria pelo filho de Carolina. Antes, no banheiro tinha um chuveiro e um vaso sanitário, mas agora ele foi desativado devido ao chão estar cedendo e há um grande buraco no piso que dá direto no córrego. O deslizamento do chão do banheiro foi causado pela chuva, pois como a casa fica sobre o córrego, quando chove, a água com o esgoto do córrego sobe e inunda a casa, chegando até o nível das janelas.

Para acessar água, Carolina busca com balde na torneira que fica na garagem da casa de alvenaria da frente do lote. Tudo ela faz com balde. Não tem caixa d'água ou tambor, armazena água em balde e garrafas pets. Sua casa não tem pia de cozinha, então lava a louça em uma bacia e depois joga o esgoto pelo vaso do banheiro. A torneira da vizinha da frente é ligada à rede das mangueiras azuis, por uma mangueira que vem no ponto da esquina das mangueiras, cruza o córrego e passa por baixo da casa de Carolina, até no ponto da garagem da vizinha. Ela e a filha são as responsáveis por buscar a água na torneira, mas principalmente ela, a filha apenas quando está em casa e a ajuda nas tarefas domésticas. Ela diz que está tudo bem, que a torneira fica perto no mesmo lote. Porém, pergunto quantas vezes ao dia ela realiza a tarefa de buscar água, diz que *"pegamos direto, a gente pega pra lavar louça, lavar roupa, aí a gente pega e lava aqui na mesa, louça e roupa nas vasilhas"*, e conta que quando chove é muito ruim, porque a água do córrego sobe, se mistura com o esgoto e inunda o lote, então *"quando começa a querer chover, a gente aproveita, já enche as garrafas, para não ter que sair. Aqui é assim"*, conta a entrevistada. Além disso, Carolina sente medo de sair à noite para buscar água, relata que *"eu não saio porque eu não conheço quase ninguém aqui e eu tenho medo. A gente que é mulher, sai de noite e sai com o portão tudo aberto, eu falo eu não vou deixar nem a porta aberta, já fecho e fico aqui dentro quieta"*. Por ser mulher, Carolina tem medo que aconteça algo com ela e sua filha, não se sente segura, então não buscam água depois que escurece.

Foi o filho de Carolina que construiu o banheiro de alvenaria, com ferramentas e conhecimento técnico adquirido, já Carolina e a filha usavam balde e o corpo para carregar água e suprir as inadequações da moradia. A água para ela é mais do que um recurso, sua abundância, que vinha em forma de chuva, lhe causava medo de algum desastre, da sua moradia deslizar e acontecer algo com ela e a família, enquanto a ausência da água simbolizava para Carolina a situação de vulnerabilidade que ela vivia e a lembrava de como é difícil, vergonhoso e frustrante viver naquela precariedade. Justamente por não ter nenhum poder sobre a infraestrutura, Carolina depende do filho para construir e fazer a manutenção do banheiro que está caindo, ou ela teria que pagar alguém para construir e arrumar, mas como ela não tinha como arcar com tal gasto, estava desempregada, tinha o neto recém-nascido e apenas o filho trabalha remunerado, ela e a família incorporaram a insegurança hídrica domiciliar em suas rotinas, mesmo que isso afetasse diretamente suas saúdes físicas e mentais.

Dentre as entrevistas, a única vez que a responsabilidade da construção e manutenção da infraestrutura foi atribuída ao gênero feminino, foi o caso de Luisa. Em sua entrevista, ela relata que ela faz a tarefa de encher os baldes, levar para dentro de casa, ferver a água e realizar as tarefas domésticas. Seu marido não faz, porque *"fica o dia todo fora, só chega a noite, deita e dorme"*. Quando precisa fazer alguma manutenção na rede de abastecimento de água, é ela que faz junto do seu irmão, e complementa *"sim, eu sou pereirão! faço de tudo"*, diz em um tom de piada. As tarefas que exigem força, habilidade, conhecimento técnico e o manuseio de ferramentas para sua execução, são associadas ao gênero masculino, e se uma pessoa do gênero feminino faz essas atividades, ela é "pereirão", que é um termo de conotação negativa

para se referir à mulher cisgênero lésbica. Se a pessoa se identifica com o gênero feminino, mas realiza papéis do gênero masculino (nesse caso a construção e manutenção da infraestrutura de acesso à água), então ela é associada ao gênero masculino e torna-se, para a sociedade binária e heteronormativa, uma mulher cisgênero lésbica.

Em geral, o papel do gênero masculino e do gênero feminino na divisão das tarefas para acessar água são bem definidas: os homens ficam com a responsabilidade de construir e fazer a manutenção da infraestrutura, um trabalho pontual, aos finais de semana, que exige força, coragem e conhecimento técnico, além do manuseio de ferramentas; as mulheres têm a responsabilidade diária de armazenar e gerenciar o uso da água, muitas vezes carregam a água e puxam com balde na cordinha a água do poço, tarefas pesadas e que exigem força física, além da preocupação de ter água para executar todas as tarefas domésticas e de cuidado que lhe foram incumbidas, mas também se importam com todos os moradores da casa terem água para beber, tomar banho, dar descarga, fazer higiene pessoal.

A construção social de gênero e a divisão sexual do trabalho separou as responsabilidades no acesso à água de forma generificada, ao mesmo tempo que essas estratégias para superar a insegurança hídrica constituem dinâmicas que reforçam a construção social de gênero e a divisão sexual do trabalho. Os homens têm uma responsabilidade pontual aos finais de semana, usam ferramentas e a força física, as mulheres executam tarefas diárias de acesso, armazenamento, uso e gestão da água, utilizando o balde e o próprio corpo como ferramenta. Esta divisão das dinâmicas de insegurança hídrica constituem a construção do gênero ao impactar estes sujeitos de outras formas, por exemplo, o homem consegue controlar a mulher ao ter o poder sobre a infraestrutura, já a mulher não tem tempo livre para dedicar-se aos seus estudos, atividade remunerada ou lazer por estar realizando o trabalho reprodutivo e as tarefas de acesso à água na moradia. As responsabilidades que são atribuídas a cada gênero frente a realidade de insegurança hídrica desenham os comportamentos, as oportunidades, as roupas, as ferramentas, as emoções, os pensamentos, os espaços que circulam, as relações sociais, os corpos e as dinâmicas territoriais, de cada sujeito generificado. Pode parecer um determinismo, porém é justamente isso que o debate de gênero coloca em cheque ao apontar que o gênero dos sujeitos não é algo dado, mas sim um processo constante de construção social e está sempre em movimento, logo o sujeito tem capacidade de agência para explodir tais delimitações e abraçar performances outras, como Jasmin com sua visão crítica as poucas tarefas realizadas pelo marido e Luisa que realiza as tarefas associadas ao gênero masculino, mesmo que ela faça uma fala estereotipada de mulheres cisgênero lésbicas. As várias formas de agência, que surgem de subjetividades complexas de gênero, raça, classe e sexualidade, reconhecem as conexões corporais e materiais com o entorno e ampliam o enfoque da teoria da interseccionalidade para examinar como as experiências corporificadas tomam forma através de relações entre humano e natureza.

Diante de todas as experiências expostas, concluo que a insegurança hídrica domiciliar é um processo dinâmico pelo qual sujeitos, casais, famílias e comunidades navegam nas relações hidrossociais com a finalidade de alcançar alguma segurança hídrica. Então, o acesso à água não é simplesmente ter infraestrutura e estar conectado à rede formal, mas sim o processo de transformação das relações sociais que se dá quando pessoas e grupos acessam a água que precisam, em quantidade e qualidade, de forma que sustente o desenvolvimento das capacidades humanas e bem-estar em sua plenitude e escopo (Jepson *et al.*, 2017). E nesse percurso é mobilizado relações, afetos, culturas, valores, emoções, poderes. Por isso precisa-se olhar para o acesso à água com suas dimensões físicas e simbólicas, das práticas culturais, identidades, normas, crenças. Tal reconceitualização sugere mudar os termos do debate de insegurança hídrica, isto é, analisar a natureza das relações água-sociedade que sustentam a insegurança hídrica e enfatizar os diversos tipos de relações sociais que existem entre sujeitos, casais, famílias e comunidades com recursos hídricos, abrangendo diferentes visões de mundo, ontologias, tradições e relações de gênero (Empinotti *et al.*, 2021). Essa é a chave de análise da relação entre gênero e acesso à água.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Manguoeirinha há duas fontes de água, o poço e a rede das mangueiras. São fontes bem diferentes em relação a materialidade, quantidade e qualidade da água disponível, exigência de manutenção, porém ambas não garantem segurança hídrica. A infraestrutura de abastecimento de água da comunidade é precária, instável e não adequada para os moradores e moradoras, que vivem, junto de outras vulnerabilidades sociais, uma realidade difícil de violação de direitos. Em todas as entrevistas, há relatos de como a falta recorrente ou a instabilidade da água impactam nas suas rotinas, emoções, corpos e relacionamentos.

Ao compreender a divisão dos papéis de gênero nas atividades diárias de acesso à água na escala domiciliar, notei que a construção social de gênero dividiu as responsabilidades pelas estratégias de acesso à água de forma generificada. Os homens são responsáveis pela construção e manutenção da infraestrutura de abastecimento de água de forma pontual, por realizarem o trabalho produtivo, remunerado, fora de casa. As mulheres são responsáveis por garantir a água diariamente, seja buscando com balde em alguma torneira, puxando do poço, pegando de doação com algum vizinho, armazenando em diversos tipos de recipiente, fazendo sua filtragem, tudo para realizar as tarefas domésticas e de cuidado que são sua obrigação, devido à construção social de gênero.

Portanto, com o aprofundamento das dinâmicas territoriais da comunidade Manguoeirinha, principalmente da vida cotidiana de quem vivencia os problemas de acesso à água diariamente, concluo que a insegurança hídrica domiciliar constitui as relações de poder de gênero uma vez que os papéis de gênero distribuem as responsabilidades diárias de acesso à água. Tal entendimento parte da perspectiva teórica e prática da Ecologia Política Feminista, que posiciona o corpo dentro da relação poder-espço de várias maneiras, entre elas o

processo de construção do gênero e a importância do território na construção dessas identidades. É uma emergência de novas linguagens e práticas políticas de acesso à água dentro do campo do planejamento territorial: redefine a escala das questões, leva em consideração as emoções, debate as subjetividades corporificadas e questiona os antigos paradigmas e epistemologias como as categorias fixas de gênero. É um caminho possível para se pensar desenhos e propostas de políticas públicas de acesso à água que favorecem a inclusão e o protagonismo dos diversos modos de vida dos sujeitos marginalizados, que empoderem em vez de subalternizar, contribuindo para a construção de novas agendas para o campo do planejamento urbano e regional.

REFERÊNCIAS

ARUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**. Um Manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

BREWIS, Alexandra; DUBOIS, L. Zachary; WUTICH, Amber; ADAMS, Ellis Adjei; DICKIN, Sarah; ELLIOTT, Susan J.; EMPINOTTI, Vanessa Lucena; HARRIS, Leila M.; ILBOUDO NÉBIÉ, Elisabeth; KORZENEVICA, Marina. "Gender identities, water insecurity, and risk: Re-theorizing the connections for a gender-inclusive toolkit for water insecurity research". **WIRES Water**, Vol. 11, N. 2, e1685, 2023, pp. 1-16.

DUPUIS, Constance; HARCOURT, Wendy; GAYBOR, Jacqueline; VAN DEN BERG, Karijn. Introduction: Feminism as Method—Navigating Theory and Practice . In: [HARCOURT, Wendy; VAN DEN BERG, Karijn; DUPUIS, Constance; GAYBOR, Jacqueline]. **Feminist Methodologies: Gender, Development and Social Change**. Palgrave Macmillan, Cham, 2022, pp. 1-20.

EMPINOTTI, Vanessa Lucena. "Quando ter água na torneira não é o suficiente: os diferentes significados da água em uma comunidade ribeirinha do Baixo Rio São Francisco". **Anais do IV Encontro Nacional da Anppas**, 2008.

EMPINOTTI, Vanessa Lucena. Gênero, Recursos Hídricos e Tomada de Decisão: o papel das mulheres nos organismos de bacia brasileiros. In: [ABERS, Rebecca Neaera (orgs)]. **Água e Política: atores, instituições e poder nos organismos colegiados de bacia hidrográfica no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010, ed. 1, v. 1, pp. 161-189.

EMPINOTTI, Vanessa Lucena; BUDDS, Jessica; JEPSON, Wendy; MILLINGTON, Nate; FERRARA, Luciana Nicolau; GEERE, Jo-Anne; GRANDISOLI, Edson; PAZ, Mariana Gutierrez Arteiro da; PUGA, Bruno Peregrina; ALVES, Estela Macedo; CAWOOD, Sally; JACOBI, Pedro Roberto; KINJO, Victor Uehara; LAMPIS, Andrea; MORETTI, Ricardo; OCTAVIANI, Thanti; PERIOTTO, Natalia; QUINN, Ruth; QUINTSLR, Suyá; SULAIMAN, Samia; VICENTE, Paula Arce; WAHBY, Noura. "Advancing urban water security: The urbanization of water—society

relations and entry–points for political engagement”. **Water International**. Vol. 46, N. 6, 2021, pp. 956–968.

GODOY, Veridiana Emília. **As relações de gênero em assentamentos precários diante da insegurança hídrica: uma análise feminista no planejamento territorial**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território. Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo, 2023.

GODOY, Veridiana Emília; EMPINOTTI, Vanessa Lucena. “A contribuição da Ecologia Política Feminista para o planejamento territorial: o debate da insegurança hídrica e gênero”. **Anais do XX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Belém, 2023.

JEPSON, Wendy. “Measuring “no-win” waterscapes: Experience-based scales and classification approaches to assess household water security in colonias on the US–Mexico border”. **Geoforum**. Vol. 51, 2013, pp. 107–120.

JEPSON, Wendy; BUDDS, Jessica; EICHELBERGER, Laura; HARRIS, Leila; NORMAN, Emma; O'REILLY, Kathleen; PEARSON, Amber; SHAH, Sameer; SHINN, Jamie; STADDON, Chad; STOLER, Justin; WUTICH, Amber; YOUNG, Sera. “Advancing human capabilities for water security: a relational approach”. **Water Security**. Vol.1, 2017, pp. 46–52.

MARIANO, Silvana Aparecida; FERREIRA, Lina Penati; SOUZA, Márcio Ferreira de. “Metodologia e ética feministas em pesquisa social com mulheres em situação de pobreza”. **Revista Pesquisa Qualitativa**. V. 10, N. 24, 2022, pp. 192–212.

MYRTTINEN, Henri; CREMADES, Roger; FRÖHLIC, Christiane; GIOLI, Giovanna. Bridging Troubled Waters: Water Security Across the Gender Divide. In: [FRÖHLICH, Christiane; GIOLI, Giovanna; CREMADES, Roger; MYRTTINEN, Henri]. **Water Security Across the Gender Divide**. Water Security in a New World. Springer Nature: Switzerland, 2018. pp. 3–14.

NOOIJER, Rosa de; CUEVA, Lillian Sol. Feminist Storytellers Imagining New Stories to Tell. In: [HARCOURT, Wendy; VAN DEN BERG, Karijn; DUPUIS, Constance; GAYBOR, Jacqueline]. **Feminist Methodologies: Gender, Development and Social Change**. Palgrave Macmillan, Cham, 2022, pp. 237–255.

NOVAES, Antonio Pereira de; SIMÕES, Marcelo Luiz; NETO, Ladislau Martin; CRUVINEL, Paulo Estevão; SANTANA, Aleudo; NOVOTNY, Etelvino Henrique; SANTIAGO, Gilberto; NOGUEIRA, Ana Rita de Araújo. Utilização de uma Fossa Séptica Biodigestora para Melhoria do Saneamento Rural e Desenvolvimento da Agricultura Orgânica. **Comunicado Técnico 46**. Embrapa, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. São Carlos, SP, ed. 1, 2002.

SÃO PAULO (Cidade). (2016, 23 de março). **Lei nº 16.402/2016 de 22 de março de 2016**. Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo

com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico (PDE). São Paulo: Diário Oficial Cidade de São Paulo, ano 61, n. 54

SÃO PAULO (Cidade). **Histórico Cidade Tiradentes**: o bairro que mais parece uma cidade. Site da Prefeitura Municipal de São Paulo, SubPrefeitura Cidade Tiradentes. Disponível em: <https://capital.sp.gov.br/web/cidade_tiradentes/w/historico/94>. Acesso em: Outubro, 2024.

TRUELOVE, Yaffa. "(Re-)conceptualizing water inequality in Delhi, India through a Feminist Political Ecology framework". **Geoforum**. Vol. 42, N. 2, 2011, pp. 143-152.

ULLOA, Astrid. Ecología política feminista latinoamericana. In: [ZURIA, Ana De Luca; CENTENO, Ericka Fosado; GUTIÉRREZ, Margarita Velázquez]. **Feminismo socioambiental: Revitalizando el debate desde América Latina**. Cuernavaca: UNAM-CRIM, 2020, pp. 75-104.

¹ O nome da comunidade e de todos(as) entrevistados(as) foram alterados por questões éticas de pesquisa. Mangueirinha é um nome fictício para a comunidade estudada.

² No momento das entrevistas, Graça e André estavam casados. Após alguns meses, eles se separaram.